

# O MERCADO DE PLATAFORMAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

## THE EDUCATIONAL PLATFORM MARKET WITHIN THE GOVERNMENT OF PARANÁ STATE

## EL MERCADO DE PLATAFORMAS EDUCATIVAS DEL GOBIERNO DEL ESTADO DE PARANÁ

Débora Lauane Luz<sup>1</sup>

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Juliana Pereira Zaqui<sup>2</sup>

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Adriana Medeiros Farias<sup>3</sup>

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

---

### Resumo

A plataforma da educação básica como parte do plano estratégico de controle da educação aos interesses do capital é premissa inicial deste trabalho. Estudou-se, na totalidade do processo de subsunção da educação ao capital, a atuação burguesa no que se denomina processo de empresariamento da educação pública, com fins de expansão dos seus interesses mercantis no campo da educação para extração de mais lucro. O tema foi investigado por meio do projeto de pesquisa intitulado *Políticas educacionais e as formas de empresariamento da educação pública escolar*, no âmbito do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH), da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Nesse contexto, este artigo tem por objetivo expor os resultados parciais da pesquisa, que identificou e analisou a atuação empresarial, por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHE), no uso das plataformas educacionais para a educação básica na rede pública de ensino paranaense, no período de 2019 a 2025. A pesquisa assenta-se no materialismo histórico-dialético, escolhido para conferir substancialidade teórico-metodológica à pesquisa qualitativa do tipo documental-bibliográfica, desenvolvida nas referências clássicas marxistas e gramscianas e seus intérpretes. Concluiu-se que as tecnologias (conectividade, plataformas e aplicativos) estão sendo usadas como produtos e serviços para expandir os interesses do capital por meio das contrarreformas educacionais. Esse processo influenciou diretamente

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH). E-mail: debora.lauane0@uel.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3330676885522464>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3069-0970>.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela UEL. Bolsista de Iniciação Científica. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH). E-mail: juliana.zaqui161@uel.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9472442119191280>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8431-9987>.

<sup>3</sup> Docente do Departamento de Educação da UEL. Pesquisadora Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH). E-mail: adrianafarias@uel.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0773390467001092>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7911-8711>.



a prática docente e gestora, provocando perda de autonomia, aumento da coerção sobre o trabalho docente e transformação da educação em mercadoria.

**Palavras-chave:** Plataformização; Empresariamento; Educação; Paraná; Aparelho Privado de Hegemonia.

## Abstract

The platformization of basic education, as part of a strategic plan to align education with the interests of capital, is the initial premise of this study. The research examined, within the broader process of the subordination of education to capital, the bourgeois influence in what is referred to as the process of the corporatization of public education, aimed at expanding mercantile interests in the field of education to extract greater profit. The topic was investigated through the research project entitled *Education policies and the forms of corporatization of public school education*, within the Research Group on Education, Expanded State, and Hegemonies (GPEH) at the State University of Londrina (UEL). In this context, this article aims to present partial results of the study, which identified and analyzed corporate activity, through Private Entrepreneurial Apparatuses of Hegemony (PEAH), in the use of educational platforms for basic education in the public school system of Paraná, Brazil, from 2019 to 2025. The research is grounded in historical-dialectical materialism, chosen to provide theoretical and methodological substance to the qualitative research of a documentary-bibliographic nature, developed from classical Marxist and Gramscian references and their interpreters. It was concluded that technologies (connectivity, platforms, and apps) are being used as products and services to expand capital's interests through educational counter-reforms. This process has directly impacted teaching and school management practices, causing a loss of autonomy, increased coercion over teaching work, and the transformation of education into a commodity.

**Keywords:** Platformization; Corporatization; Education; Paraná; Private Apparatus of Hegemony.

## Resumen

La plataformización de la educación básica, como parte de un plan estratégico de control de la educación conforme a los intereses del capital, es la premisa inicial de este trabajo. Se estudió, en la totalidad del proceso de subsunción de la educación al capital, la actuación burguesa en lo que se denomina proceso de empresarización de la educación pública, con fines de expansión de sus intereses mercantiles en el campo educativo para extracción de mayores logros. El tema fue investigado por medio del proyecto de investigación titulado *Políticas educativas y las formas de empresarización de la educación pública escolar*, en el ámbito del Grupo de Investigación en Educación, Estado Ampliado y Hegemonías (GPEH), de la Universidad Estatal de Londrina (UEL). En este contexto, este artículo tiene como objetivo presentar los resultados parciales de la investigación, que identificó y analizó la actuación empresarial, por medio de los Aparatos Privados de Hegemonía Empresarial (APHE), en el uso de plataformas educativas para la educación básica en la red pública de enseñanza de Paraná, en el período de 2019 a 2025. La investigación se fundamenta en el materialismo histórico-dialéctico, elegido para conferir sustento teórico-metodológico a la investigación cualitativa de tipo documental-bibliográfica, desarrollada a partir de referencias clásicas marxistas y gramscianas y sus intérpretes. Se concluyó que las tecnologías (conectividad, plataformas y aplicaciones) están siendo utilizadas como productos y servicios para expandir los intereses del capital por medio de las contrarreformas educativas. Este proceso ha influido directamente en la práctica docente y de gestión, provocando pérdida de autonomía, aumento de la coerción sobre el trabajo docente y transformación de la educación en mercancía.

**Palabras claves:** Plataformización; Empresarización; Educación; Paraná; Aparato Privado de Hegemonía.

## INTRODUÇÃO

A plataformização das políticas do governo do estado do Paraná para a educação básica, por meio da aquisição de produtos e serviços fornecidos por empresas e organizações sociais, é estudada entendendo as relações estreitas entre plataformização



da educação e plataformização do trabalho, esta última compreendida como processo de reorganização técnica do capital para extração de mais valor.

Este artigo traz, então, os resultados parciais das investigações realizadas pela pesquisa intitulada *Políticas educacionais e as formas de empresariamento da educação pública escolar*, no âmbito do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH), da Universidade Estadual de Londrina (UEL)<sup>4</sup>. O foco do artigo é o processo de plataformização da educação e de sua vinculação com o fenômeno do empresariamento da educação pública na definição das políticas educacionais. Objetivase, portanto, identificar as plataformas fornecidas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) para a educação básica e analisar o processo de plataformização conduzido por empresas e organizações sociais e sua estreita relação com os Conglomerados de Aparelhos Privados de Hegemonia, no período de 2020 a 2025.

O período abarca a gestão do governador Carlos Roberto Massa Júnior<sup>5</sup> e dos secretários de Educação, Renato Feder<sup>6</sup> e Roni Miranda<sup>7</sup>, que, em tempos de pandemia da covid-19, aderiram às plataformas para dar continuidade ao calendário letivo da rede pública estadual do Paraná, assim como foi feito em todo o território nacional, a despeito das desigualdades sociais que impediam o acesso à conectividade e aos aparelhos tecnológicos para cumprir com as atividades denominadas *ensino remoto*.

No Paraná, a Resolução n.º 1.522/2020 - GS/SEED, em seu art. 3º, institui e especifica as atividades não presenciais:

Art. 3º: As atividades escolares não presenciais são aquelas utilizadas pelo professor da turma ou pelo componente curricular destinadas à interação com o estudante por meio de orientações impressas, estudos dirigidos, quizzes, plataformas virtuais, correio eletrônico, redes sociais, chats, fóruns, diário eletrônico, videoaulas, audiochamadas, videochamadas, materiais impressos e outras assemelhadas (Paraná, 2020, p. 1).

Para tanto, a Secretaria adquiriu e ampliou o pacote *Google: Classroom* (2014), *Forms* (2012) e *Meet* (2017), para uso de estudantes, docentes e gestores. Nesse período,

<sup>4</sup> Para o processo de levantamento e análise dos dados, o estudo contou com o apoio das pesquisas de iniciação científica realizadas no período de 2022 a 2025, com suporte financeiro, para as estudantes bolsistas, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Araucária.

<sup>5</sup> Governador do Estado do Paraná desde 2019 até o presente, pelo Partido Social Democrático (PSD).

<sup>6</sup> Secretário de Educação do Paraná de 2019 até 2022, durante o governo de Ratinho Júnior. Em 2023, tornou-se secretário de Educação do Estado de São Paulo, no governo de Tarcísio de Freitas.

<sup>7</sup> Professor da educação básica da rede estadual de ensino do Paraná, ex-chefe do Núcleo Regional de Educação, ex-diretor do Departamento de Educação da SEED e atual secretário de Educação do Estado do Paraná (2023 até o presente).



apesar das críticas contundentes de pesquisadores(as), as instituições de ensino superior e da educação básica implementaram o chamado *ensino remoto* para resolver a oferta das atividades de ensino.

A esse respeito, Souza e Evangelista (2020), em matéria publicada no Jornal Contrapoder<sup>8</sup>, teceram críticas ao avanço do denominado *ensino remoto*, apontaram a imprecisão conceitual dos termos e desvelaram a intencionalidade empresarial de expandir seus negócios, aproveitando as restrições às aulas presenciais impostas pela pandemia para experimentar as mais diversas plataformas, materiais e serviços, posteriormente também vendidos ao poder público.

Pereira *et al.* (2020) destacam a incongruência entre os termos *ensino* e *remoto*, no que se refere aos fins do processo de ensino e aprendizagem. Os autores demonstram como o período pandêmico, no ensino superior e na educação básica, se tornou, para o empresariado brasileiro, uma *janela de oportunidades* – referência ao comentário do capitalista Jorge Paulo Lemann em evento do Fórum da Liberdade. Em matéria sobre o assunto, Lemann afirmou: “Todas as crises por que eu passei foram duras e eu sofri, não sabia como chegaria ao fim, mas alguma oportunidade apareceu” (Para Jorge Paulo Lemann [...], 2020).

Saviani e Galvão (2021) explicam como o *ensino remoto* expandiu o discurso da inevitabilidade do Ensino a Distância (EAD) e ampliou o mercado. O que era para ser um cenário temporário tornou-se uma alternativa para ampliar as vendas de cursos, plataformas e planos de aula e, com isso, contribuir para a transformação da educação em mercadoria. Nessa acepção, não se pode ignorar que, no ano de 2020, as plataformas *Google (Classroom, Meet, Forms)* já estavam sendo utilizadas, mas a escalabilidade proporcionada pela pandemia fez com que o mercado educacional avançasse sobre as redes de escolas públicas e privadas da educação básica, com uma clientela constituída por 47,9 milhões de matrículas, 2,2 milhões de docentes e 180,6 mil escolas, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2021).

Os autores concluíram que o poder público (estados e municípios) não só foi estimulado a expandir o mercado educacional, com o fornecimento inicialmente gratuito de plataformas e pacotes do *Google*, como também foi orientado pelos Aparelhos Privados de

---

<sup>8</sup> Na coluna de Olinda Evangelista, na revista Contrapoder, encontram-se vários artigos que denunciam e analisam o avanço do ensino a distância, a privatização e a submissão da formação docente aos interesses do capital no contexto pandêmico.



Hegemonia (APHs) nacionais e internacionais a absorver o *novo mundo* da educação a distância, do chamado ensino híbrido e das plataformas em seu sentido amplo.

Destacaram-se, nesse processo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com orientações incisivas para a adesão às plataformas, à formação de habilidades docentes, ao papel consumidor do poder público e à propagação do discurso de que a educação passaria por transformações profundas com o fim da pandemia e o retorno às aulas presenciais – sendo, portanto, a adaptação considerada inevitável.

Os conglomerados educacionais estavam prontos para avançar no mercado, se adiantaram e disponibilizaram pacotes de serviços, programas de recuperação da aprendizagem e plataformas gratuitas, a exemplo da revista Nova Escola, com planos de aula gratuitos para os docentes, entre outras ações políticas (Pereira, 2019). Como parte dessas articulações público-privadas em expansão durante o contexto pandêmico, a Fundação Lemann, segundo informa em publicação de 2020, afirmou que:

Em apoio ao trabalho do **Ministério da Educação**, do **Consed** (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e da **Undime** (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), a Fundação Lemann tem ainda ajudado a articular uma dezena de outras organizações e empresas de telecomunicações para **disponibilizar o acesso dos alunos a videoaulas gratuitas** (Fundação Lemann, 2020, s/p, grifo nosso).

Além de “[...] **mobilizar empresas de telecomunicações para a oferta gratuita de dados móveis** [...]” (Fundação Lemann, 2020, s/p, grifo nosso), consolidou-se a compra e venda de consultorias privadas para a educação pública.

Lamosa (2020) entra no debate com o livro por ele organizado: *Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada*. A obra reúne artigos importantes oriundos de estudos que apontaram para o fato de que as orientações para a implementação do EAD pelos organismos internacionais (Banco Mundial, OCDE, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Unesco) estavam presentes em seus documentos desde 2004. Havia um terreno sólido de orientações aos países, assim como organizações sociais empresariais nacionais prontas para viabilizá-las.

Entre os autores do livro, Tuão (2020), em seu texto, listou vários cursos disseminados pelos organismos internacionais – com destaque para o BID – e concluiu:



O período da pandemia tornou-se uma oportunidade para a classe dominante ampliar as suas estratégias políticas de dominação, sem maiores resistências dos setores populares que se encontram isolados socialmente e são a parcela da sociedade historicamente excluída no sistema capitalista (Tuão, 2020, p. 32).

Na mesma obra, os autores publicaram estudos acerca das atuações do Movimento Brasil Competitivo, do Movimento Todos Pela Educação, da Fundação Lemann, do Instituto Ayrton Senna, entre outros, que intensificaram a difusão e a oferta de cursos, materiais, serviços e produtos para aulas não presenciais. A ideia que permeou as análises dos autores foi a da inevitabilidade do EAD, das plataformas e o anúncio do ensino híbrido como saída para as denominadas *aulas tradicionais* das escolas públicas – termo bastante presente nos argumentos das organizações em defesa do ensino híbrido.

O debate incidiu também sobre a inconsistência terminológica do termo *ensino remoto*. A esse respeito, Saviani e Galvão (2021, p. 38) apontam:

A expressão ensino remoto passou a ser usada como alternativa à educação a distância (EAD). Isso, porque a EAD já tem existência estabelecida, coexistindo com a educação presencial como uma modalidade distinta, oferecida regularmente. Diferentemente, o *ensino remoto* é posto como um substituto excepcionalmente adotado neste período de pandemia, em que a educação presencial se encontra interdita.

Ao final da pandemia, os educadores e as organizações perderam o debate, e as defasagens de ensino acentuaram as desigualdades educacionais entre a população pobre da educação básica. Para extrair oportunidades dessa conjuntura, os conglomerados se organizaram para a oferta de programas e projetos compensatórios, que seriam incorporados às políticas do Estado restrito.

## O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para desenvolver o tema da pesquisa, destacamos que a escolha metodológica está fundamentada no materialismo histórico-dialético como concepção de pesquisa. O método de Marx traz ao estudo e à interpretação do fenômeno da plataformização em sua totalidade, como um devir, com a exigência de identificar e analisar as contradições, as tensões e as disputas em relação ao projeto de sociabilidade do capital em curso para a educação, e como a educação continua sendo escolhida pelos capitalistas para reproduzir suas ideias e seus valores.



Em consonância com os fundamentos marxistas, apoiamo-nos no conceito de Estado pensado por Antônio Gramsci, que orienta a análise das problemáticas da história contemporânea brasileira e das políticas educacionais. A metodologia que o GPEH tem como referência para os seus trabalhos se ancora também nos estudos de Sonia Regina de Mendonça (2014), isso porque a autora acrescenta à ideia ampliada de Estado a condição de ferramenta metodológica. Suas pesquisas a respeito da classe dominante agrária brasileira são referência para o percurso da atuação empresarial e de suas organizações sociais.

Mendonça (1998), distante das matrizes liberais simplificadoras da concepção de Estado e intérprete de Gramsci, contribui para a pesquisa por meio de um constructo teórico que reposiciona a política pública como “[...] produto e/ou resultado do embate entre forças/grupos sociais diversos, em disputa pela inscrição de seus projetos – visões de mundo – específicos junto a aparelhos do Estado em seu sentido estrito” (Mendonça, 1998, p. 24). Não basta identificar os projetos: é necessário demonstrar as relações de disputa que se dão entre sociedade civil e política, movimentando as lutas de classes que estão em curso no tempo histórico estudado – perspectiva nem sempre alcançada nas pesquisas, mas que não se pode perder de horizonte no trabalho constante do(a) pesquisador(a).

Acrescentam-se ao itinerário metodológico proposto as categorias de APH e intelectuais orgânicos, categorias relevantes para a nossa pesquisa. Para Gramsci (2001, p. 20), o APH é uma construção que aparece ao longo dos seus escritos como um “[...] conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’”, isto é, organizações, institutos, fundações que influenciam as políticas públicas educacionais e sociais.

Virgínia Fontes (2010), ao analisar a expansão dos APHs, tornou-se leitura de referência para os trabalhos que estudam a atuação burguesa e suas formas de dominação. Para a historiadora:

Os aparelhos privados de hegemonia ligam-se direta ou indiretamente ao solo da produção, permitindo compreender como diferentes tendências e contradições são traduzidas em formas mais ou menos organizadas de cultura e de consciência e chegam a condensar-se como projetos políticos (Fontes, 2018, p. 221).

A autora analisa a explosão de APHs – pensados por Gramsci como aparatos onde se formulam as ideias das classes dominantes e localizados na sociedade civil – que são, “[...] além de arena dos conflitos de classe – intraclasses dominante e mesmo intra-aparelho de hegemonia –, o espaço de correlações de forças específicas que originam o surgimento



e organização das entidades estudadas” (Mendonça, 2014, p. 39). Essa perspectiva analítica exige tomar a totalidade da história como horizonte a ser percorrido, ao mesmo tempo em que se apropria de um percurso metodológico dialético de compreensão das transformações societárias e das disputas pela hegemonia.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, escolhemos a pesquisa do tipo documental-bibliográfica, realizada com o apoio das pesquisas de iniciação científica concluídas no período de 2022 a 2025<sup>9</sup>. Elas foram contributivas para o levantamento, a seleção e a análise de documentos, termos, resoluções, plataformas e aplicativos disponíveis na página digital da SEED/PR, de empresas e dos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHEs). Consultamos também o portal da transparência para acesso ao acervo documental dos termos de cooperação, convênios e contratos, a fim de extrair os montantes gastos com a compra das plataformas, bem como identificar as empresas e organizações envolvidas no fornecimento de produtos e serviços.

Para a revisão bibliográfica, consultamos artigos e textos publicados e registrados nas bases de dados do Portal de Periódicos da Capes, da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e do *Google Acadêmico*. Dos artigos encontrados, selecionamos os estudos que tinham por escopo a educação e a plataformização do trabalho. Embora o volume maior de textos encontrados tenha se dado no campo da plataformização do trabalho, selecionamos poucos trabalhos com relação direta ao tema da pesquisa – talvez porque, no tempo da revisão, o tema ainda fosse recente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para entender as relações entre plataformização e trabalho, Fontes (2017), atenta às mudanças nas relações de trabalho do capitalismo contemporâneo, expressa suas preocupações com a redução do trabalho (venda da força de trabalho) ao emprego e suas formas contratuais sob a destituição de direitos. Sob bases marxistas, a autora destaca o papel do Estado capitalista na contenção das massas de trabalhadores desprovidos de direitos e, utilizando-se da organização da empresa *Uber* apenas como um dos exemplos

<sup>9</sup> Período de iniciação científica – bolsista CNPq e Fundação Araucária (2022-2024) com as pesquisas: *A atuação da Fundação Lemann na produção do consenso da BNCC, Plataformização da educação pública paranaense e A atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais no estado do Paraná na educação básica*.

*O empresariamento da educação pública por meio da plataformização da educação básica no estado do Paraná*, concluída em 2024, sem bolsa; *O empresariamento da educação pública por meio da plataformização da educação básica no estado do Paraná*”, com previsão de conclusão para agosto de 2025, realizada com bolsa da Fundação Araucária.



para se apoiar na análise, dissecou as relações de trabalho sob o desemprego, jornadas ilimitadas, apagamento das lutas sociais, “[...] centralização direta e internacional do comando capitalista sobre os trabalhadores, acoplada à extrema descentralização do processo de trabalho” (Fontes, 2017, p. 45).

Para a autora, as plataformas tais como *Uber*, *iFood*, *Amazon* e *Rappi* – para citar algumas do *e-commerce* – são empresas com fins capitalistas (conglomerados e *holdings*), cuja finalidade é a extração de valor em grande escala. De acordo com Fontes (2017, p. 55):

Em boa parte, tais plataformas tecnológicas resultam de atividades de trabalho (não empregatícias) realizadas gratuitamente, ou quase, para o grande e altamente concentrado capital: pesquisa, prospecção e desenvolvimento de estratégias ou de *nichos de mercado*. O termo é enganoso: nicho de mercado quer dizer descobrir uma forma de extrair mais-valor, através da utilização do trabalho humano.

As plataformas tecnológicas, ainda que apresentadas como a evolução capitalista ou o fim do trabalho, utilizam-se da superexploração dos trabalhadores e das trabalhadoras, com contratos multifacetados em suas formas jurídicas, jornadas de trabalho, terceirizações e subcontratações, subordinação sem contrato (bolsistas, estagiários etc.), para seguir com os fins do capital. Ao mesmo tempo, esse processo distancia a compreensão dos trabalhadores de que a sujeição ao capital é coletiva, dando espaço para a fragmentação dos trabalhadores já segmentados e ao “[...] apagamento das classes sociais, nutrido ainda por uma mercantil-filantropia que recebe recursos das entidades capitalistas internacionais e das pontas mais concentradas do capital” (Fontes, 2017, p. 64).

Rafael Grohmann, em seus estudos voltados para a comunicação, especificamente no artigo intitulado *Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal* (Grohmann, 2020), assentado em vasta literatura, abordou o tema e explicitou o campo de estudos no qual o mundo do trabalho se insere, com o reordenamento das relações capital-trabalho e a sujeição dos trabalhadores aos mecanismos de controle e às formas contratuais – contribuindo, em parte, para o estreitamento teórico das análises que estamos fazendo entre a plataformização e seus desdobramentos na educação. O debate conceitual realizado pelo autor sugere que a plataformização do trabalho é a



[...] dependência que trabalhadores e consumidores passam a ter das plataformas digitais – com suas lógicas algorítmicas, dataficadas e financeirizadas – em meio a mudanças que envolvem a intensificação da flexibilização de relações e contratos de trabalho e o imperativo de uma racionalidade empreendedora (Dardot; Laval, 2016) como vias de justificação dos modos de ser e aparecer do capital (Grohmann, 2020, p. 112).

Ancorado na racionalidade neoliberal desenvolvida por Dardot e Laval (2016) no livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a cidade neoliberal*, para quem o empresariamento tem uma racionalidade individual, na qual o indivíduo é a própria empresa, Grohmann (2020, p. 110) situou as condições históricas do capital e da financeirização como fulcrais para o entendimento das formas de trabalho assumidas no capitalismo de plataformas: “Se, então, dados e algoritmos são uma antessala para o capitalismo de plataformas – sendo um de seus mecanismos –, a financeirização é o seu próprio modo de acumulação de riquezas. Entre um e outro, encontram-se as plataformas”. Para o autor, as plataformas são “[...] formalizadas por relações de propriedade, guiadas por modelos de negócios e governadas por meio de termos de acordo com os usuários. Não são neutras nem livres de valores, vindo com normas inscritas em suas arquiteturas” (Grohmann, 2020, p. 110-111).

De acordo com Poell, Nieborg e Van Dijck (2019), “[...] as plataformas não são uma coisa e sim, um processo”. Ainda, são infraestruturas digitais de interação social, envolvendo “[...] questões algorítmicas e dados dos usuários” (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2019, p. 3). Por meio dos algoritmos, as plataformas recebem dados do usuário, coletando-os e reorganizando o conteúdo da plataforma. Os aplicativos, por sua vez, “[...] significam apenas a interface visível do software em celular” (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021, p. 36).

A gestão algorítmica do trabalho permite o rastreamento de dados, o monitoramento de informações, o controle do tempo de uso das plataformas, a avaliação e o ranqueamento dos trabalhadores, o controle do comportamento e do desempenho e a automatização das decisões (conteúdos, avaliação, frequência). Os dados coletados com a interação dos trabalhadores com as plataformas são transformados em mercadoria para o controle, por meio do uso de *softwares*, por parte das empresas de gestão.

Outro aspecto relevante é a aparente transferência das tomadas de decisão do chefe ou do(a) diretor(a) para o sistema ou aplicativo, o que conduz a uma lógica em que “[...] o imaginário algorítmico de neutralidade e objetividade atua em forte relação com o ideário neoliberal de empreendedorismo, envolvendo gestão de desempenho, eficácia e lógicas de avaliação” (Grohmann, 2020, p. 115).



Assim como a gamificação, que ao reproduzir os elementos presentes nos *games*, impulsiona o cumprimento de metas, o alcance de resultados e a métrica de *performance* com mecanismos de autoculpabilização e autocontrole – dispensando a gerência externa em determinado tempo –, o trabalhador acaba por interiorizar, em sua subjetividade, as formas de dominação e controle do capital e o uso automatizado das plataformas. O controle do trabalho e das interações é realizado a partir de empresas contratadas para a implementação das plataformas.

Carolina Israel (2024, p. 15), em trabalho de pesquisa realizado sobre a plataformização na educação, afirma:

O ensino plataformizado não se direciona apenas ao mercado de conteúdos e aos processos educacionais como mercadoria. Sua base de negócios se sustenta na **vigilância algorítmica e na monetização de dados**, alimentando o mercado de publicidade direcionada. Ou seja, a principal característica das plataformas educacionais se assenta na rastreabilidade das ações humanas em espaços digitais, com vistas à produção de futuros (Israel, 2024, p. 15, grifo nosso).

O movimento de coleta de dados faz referência ao conceito de capitalismo de vigilância, de Zuboff (2018, p. 18): “Essa nova forma de capitalismo de informação procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado”. As plataformas como *Matific* e *Khan Academy* (internacionais) ganharam espaço para o acesso aos dados de docentes, gestores e estudantes, bem como a vigilância do uso diário e semanal.

Os APHEs – com a adição do termo *empresariais* pela historiadora Virgínia Fontes – são definidos pelo “[...] conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’” (Gramsci, 2001, p. 20), isto é, organizações, institutos e fundações que têm cumprido a função de influenciar a tomada de decisão nas políticas públicas educacionais.

A Fundação Lemann é uma organização familiar suíça, originária do conjunto das *holdings* do capital financeiro de Jorge Paulo Lemann (Farias, 2021). Lemann e os sócios Marcel Herrmann Telles e Carlos Alberto da Veiga Sicupira instituíram, também, braços sociais e empresas que hoje realizam ações voltadas à educação pública, difundindo o discurso da educação de qualidade – qualidade empresarial.

Compreender a atuação dos APHEs na sociedade civil e política, em relação direta com aparelhos administrativos do Estado – nesta pesquisa, especificamente com a SEED/PR –, é fundamental para compreender os objetivos das classes dominantes:



construir o consenso por meio de estratégias empresariais para a educação e lucrar com a compra e venda de produtos, realização de contratos e de consultorias. Com isso, a continuidade do uso de plataformas na educação pós-pandemia revelou-se uma estratégia empresarial exitosa, apoiada na necessidade de alinhar a tecnologia em expansão com o ensino.

No pós-pandemia, a SEED/PR manteve o uso das ferramentas mais utilizadas naquele período e ampliou o pacote para todos os setores da rede pública. Nesse sentido, o Quadro 1 mostra o levantamento feito com base nas informações coletadas no *site* da SEED/PR. Observamos a manutenção da *Matific*, uma empresa global de plataforma gamificada com jogos para a disciplina de Matemática; a Redação Paraná, que corrige automaticamente as redações dos estudantes com o uso de Inteligência Artificial (IA), elaborada pela Diretoria de Tecnologia e Inovação da Secretaria; e o antigo Livro Registro de Classe *Online* (LRCO), utilizado pelos professores para o registro da frequência dos estudantes nas aulas.

Esse sistema surgiu em 2012 e, em 2013, foi estabelecido em escolas estaduais pela SEED/PR e pela Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar). Entretanto, a plataforma se expandiu e, desde 2022, é conhecida como RCO+Aulas, na qual são estabelecidos planos de aula específicos para as disciplinas, com sugestões metodológicas. O registro de frequência por reconhecimento facial também foi implementado.

A plataforma Inglês Paraná oferece curso de inglês *online* para os estudantes. Ela contempla os objetivos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para cada etapa da educação básica. Por fim, a *Khan Academy* – também uma empresa global – disponibiliza aulas, exercícios e testes para variados conteúdos, como artes e matemática.



Quadro 1 – Aplicativos e plataformas educacionais da SEED/PR

NOME	DESCRIÇÃO CONFORME SITES OFICIAIS DA SEED/PR	DOCUMENTOS (LEIS E TERMOS)	PÚBLICO	APLICATIVOS
Escola Paraná Professores	É um aplicativo destinado aos professores que atuam na rede pública de ensino do Estado do Paraná.	Termos de serviço do Escola Paraná (2017). <a href="https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2019-10/termo_uso_escola_parana.pdf">https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2019-10/termo_uso_escola_parana.pdf</a>	Destinado aos professores da rede pública de ensino do estado Paraná.	Aplicativo para professores. <a href="https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.pr.celepar.escolapr&amp;hl=pt_BR">https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.pr.celepar.escolapr&amp;hl=pt_BR</a>
Educação Conectada	Trata-se de um programa de inovação desenvolvido pelo Ministério da Educação em todos os estados e municípios brasileiros.	Programa Escola Conectada. <a href="https://educacaoconectada.mec.gov.br/oprograma/principios-e-historico">https://educacaoconectada.mec.gov.br/oprograma/principios-e-historico</a>	Podem aderir ao programa as Redes Públicas e as Escolas Públicas de Educação Básica.	Plataformas Integrada e Avamec. <a href="https://educacaoconectada.mec.gov.br/#plataformas">https://educacaoconectada.mec.gov.br/#plataformas</a>
Prova Paraná	É uma ferramenta avaliativa, elaborada pela SEED/PR, utilizada para instrumentalizar professores, equipe gestora das instituições de ensino, secretário municipal de educação e sua equipe, a partir de evidências e ações de melhoria da aprendizagem.	Não encontrado.	Professores(as), equipe gestora da instituição de ensino, secretário municipal de educação e sua equipe.	Aplicativo para correção de prova. <a href="https://play.google.com/store/search?q=prova%20parana&amp;c=apps">https://play.google.com/store/search?q=prova%20parana&amp;c=apps</a>
Escola Paraná Alunos	Aplicativo destinado aos estudantes e responsáveis da rede de ensino do Estado do Paraná, onde estão disponíveis diversos recursos com objetivo de facilitar o acesso às informações escolares, auxiliando os alunos na organização e no acompanhamento e trazendo os responsáveis, virtualmente, para dentro da sala de aula. Entre as funcionalidades disponíveis, destaca-se: Acompanhamento de frequência diária por disciplina e período.	Termos de serviço do Escola Paraná (2017). <a href="https://aluno.escoladigital.pr.gov.br/sites/alunos/arquivos_restritos/files/documento/2019-07/termo_uso_escola_parana.pdf">https://aluno.escoladigital.pr.gov.br/sites/alunos/arquivos_restritos/files/documento/2019-07/termo_uso_escola_parana.pdf</a>	Estudantes da rede pública de ensino do Paraná e seus pais.	Aplicativo para alunos. <a href="https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.pr.celepar.escolapr&amp;hl=pt_BR">https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.pr.celepar.escolapr&amp;hl=pt_BR</a>

NOME	DESCRIÇÃO CONFORME SITES OFICIAIS DA SEED/PR	DOCUMENTOS (LEIS E TERMOS)	PÚBLICO	APLICATIVOS
EduTech	É um programa que visa a formação de estudantes na área de tecnologia e inovação para o desenvolvimento de projetos significativos à comunidade, oportunizando o protagonismo do estudante.	Link que direciona o professor para acessar a plataforma. <a href="https://professor.escoladigital.pr.gov.br/ingles_parana">https://professor.escoladigital.pr.gov.br/ingles_parana</a>	Alunos do Ensino Fundamental II (6º, 7º, 8º e 9º anos) e do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) da rede pública estadual. Professores da disciplina de Língua Inglesa da rede pública estadual.	
Matemática Paraná: <i>Matific</i>	É uma plataforma de jogos e aprendizagem de Matemática. A plataforma oferece mais de 2.000 atividades que podem ser utilizadas pelo professor a partir de filtros, escolhendo aquelas que melhor se encaixam no seu planejamento pedagógico.	Não encontrado.	Alunos de 6º e 7º anos do Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual.	<a href="https://www.matific.com/bra/pt-br/home/">https://www.matific.com/bra/pt-br/home/</a>
Prova Paraná Mais	É uma avaliação em larga escala, que avalia, de forma censitária, o desempenho dos estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª e 4ª série do Ensino Médio da rede estadual do Paraná, bem como os estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental da rede municipal daqueles municípios que aderiram à avaliação.	Não encontrado.	Estudantes das redes estadual e municipal, do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª e 4ª séries do Ensino Médio.	<a href="https://avaliacaoemmonitoramento.parana.caeddigital.net/#!/plataforma">https://avaliacaoemmonitoramento.parana.caeddigital.net/#!/plataforma</a>
Redação Paraná	É uma plataforma de produção textual que trabalha de forma integrada com o professor. A inteligência artificial corrige a estrutura da língua –Gramática; e o professor fica responsável por corrigir a parte discursiva e subjetiva da redação elaborada pelo aluno	Não encontrado.	Alunos do Ensino Fundamental II (6º, 7º, 8º e 9º anos) e do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) da rede pública estadual.	<i>Login Redação Paraná.</i> <a href="https://redacao.pr.gov.br/login">https://redacao.pr.gov.br/login</a>



NOME	DESCRIÇÃO CONFORME SITES OFICIAIS DA SEED/PR	DOCUMENTOS (LEIS E TERMOS)	PÚBLICO	APLICATIVOS
Inglês Paraná	Oferece um curso <i>on-line</i> completo de Língua Inglesa. Ele segue o Quadro Comum Europeu de Referências para Línguas (CEFR) e contempla as habilidades da BNCC e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa do nosso currículo.	Não encontrado.	Alunos do Ensino Fundamental II (6º, 7º, 8º e 9º anos) e do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) da rede pública estadual. Professores da disciplina de Língua Inglesa da rede pública estadual.	<a href="https://professor.escoladigital.pr.gov.br/ingles-parana-high">https://professor.escoladigital.pr.gov.br/ingles-parana-high</a>
Fluência Paraná	Uma ferramenta de Inteligência Artificial usada para avaliar a fluência leitora dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental.	Não encontrado.	Professores da rede municipal de ensino.	<a href="https://fluenciaparana.pr.gov.br/pt-BR">https://fluenciaparana.pr.gov.br/pt-BR</a>
Matemática Paraná: <i>Khan Academy</i>	O objetivo da plataforma <i>Khan Academy</i> consiste em promover o aprendizado por domínio, isto é, um estudante precisa dominar totalmente um conceito antes de iniciar outro mais avançado.	Não encontrado.	Alunos do Ensino Fundamental II (8º e 9º anos) e do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) da Rede Pública Estadual.	<a href="https://pt.khanacademy.org/">https://pt.khanacademy.org/</a>
RCO+Aulas	É um módulo de planejamento que está disponível no Registro de Classe <i>Online</i> (RCO). Nele, o professor encontra planos de aula específicos para suas disciplinas e séries para as quais leciona, com sugestões pedagógicas e encaminhamentos metodológicos.	Não encontrado.	Professores da rede pública paranaense.	<a href="https://professor.escoladigital.pr.gov.br/rco_mais_aulas">https://professor.escoladigital.pr.gov.br/rco_mais_aulas</a>
Robótica Paraná	Iniciativa que contempla as ações de Robótica voltadas à rede estadual de ensino, constitui-se de curso destinado aos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.	<a href="https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?acao=exibir&amp;codAto=302698&amp;indice=1&amp;totalRegistros=1&amp;dt=30.7.2023.9.6.50.371">https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?acao=exibir&amp;codAto=302698&amp;indice=1&amp;totalRegistros=1&amp;dt=30.7.2023.9.6.50.371</a>	Professores e estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio matriculados em instituições de ensino da rede pública estadual de educação do Paraná.	<a href="https://aluno.escoladigital.pr.gov.br/robotica">https://aluno.escoladigital.pr.gov.br/robotica</a>

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em informações disponibilizadas pela SEEP/PR<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Informações disponíveis em: <https://www.educacao.pr.gov.br/iniciar/>. Acesso em: 8 jun. 2025.





As plataformas e aplicativos mencionados no Quadro 1 são destinados à gestão educacional e ao processo de ensino e aprendizagem. As plataformas *Khan Academy* e *Matific* são plataformas gamificadas, pois utilizam jogos e *quizzes* para aplicar conteúdos de Matemática. A plataforma Fluência Paraná integra o programa Educa Juntos, programa social implementado pelo Decreto Governamental nº 5.857, de 5 de outubro de 2020, votado em regime de urgência e instituído pela Lei nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022 (Paraná, 2022).

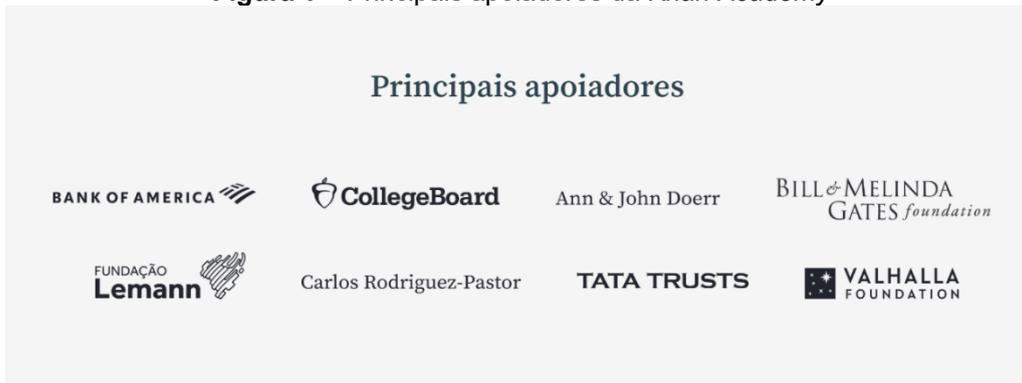
A Redação Paraná é uma plataforma que utiliza a nova ferramenta em expansão na sociedade: a IA. De acordo com a página digital da SEED/PR: “A AI (Inteligência Artificial) é responsável pela correção ortográfica e gramatical da redação realizada, também pode ser chamada de ‘Correção Automática’” (Paraná, 2025, s/p). Os conteúdos são apoiados no Currículo do Estado do Paraná e na BNCC. A plataforma exibe, automaticamente após o envio da redação, uma nota gerada com base no texto enviado. A utilização de IA demonstra a descaracterização do trabalho docente, expondo o papel do professor como supervisor de plataformas ou “[...] mediador da relação entre plataformas e alunos” (Fernandes, 2024, s/p), mecanizando o processo de ensino e aprendizagem.

Reforçando a perspectiva abordada por Fernandes (2024), Pasini e Silva (2024) apresentam uma realidade alarmante no que se refere aos efeitos do mercado de plataformas para os trabalhadores da educação. A partir da implementação do RCO+Aulas, os conteúdos das aulas passaram a ser controlados por sistemas que emitem alertas sempre que os professores saem do roteiro oficial estabelecido pela SEED/PR. Esses sistemas geram relatórios, e os professores precisam se justificar quando isso acontece, explicando por que se desviaram do *roteiro* oficial, ou seja, do *correto* (Pasini; Silva, 2024).

Além da perda de sentido do trabalho docente e da autonomia no planejamento e na seleção de conteúdo, observa-se um aumento na carga de trabalho. Isso porque as plataformas são acompanhadas de consideráveis demandas burocráticas: preenchimento de planilhas, lançamento de dados em sistemas e cumprimento de metas (Pasini; Silva, 2024). Conforme destacam as autoras, no lugar de facilitar o processo de ensino, como constantemente é propagado pelo governo paranaense, as plataformas impõem uma lógica empresarial de produtividade e de culpabilização individual pelos resultados não alcançados. Nas palavras de Pasini e Silva (2024, p. 28): “Os caminhos percorridos pela secretaria de educação do estado [...] reduz o trabalho do professor e a organização do trabalho pedagógico em executor de tarefas e atividades prontas e disponíveis nas diferentes plataformas digitais”.

As organizações sociais participam desse processo com a legitimação do uso das plataformas como se fossem a solução para alcançar a chamada *educação de qualidade*. A plataforma *Khan Academy*, voltada à disciplina de Matemática e alinhada à BNCC, tem como principais apoiadores – conforme exposto na Figura 1 – a Fundação Lemann, principal organização disseminadora da plataforma.

**Figura 1** – Principais apoiadores da *Khan Academy*



**Fonte:** Imagem extraída da plataforma *Khan Academy*.<sup>11</sup>

A Fundação Lemann, como representante de frações de classe, cumpre uma função de direção nesse processo de convencimento em torno da educação empresarial. A Fundação realiza ações e projetos em diversas frentes com foco na educação pública, a partir da oferta de produtos, serviços e assistência técnica alinhados aos produtos que o mercado oferece ao poder público – principal cliente nessas transações comerciais. O processo de plataformização da educação vem se ampliando, e os desafios vividos por docentes e gestores são recorrentes. Segundo Fernandes (2024, s/p) “Educadores e alunos relatam sobrecarga de tarefas, comprometimento da saúde mental, falta de estrutura, dificuldades técnicas e incompreensão dos objetivos da transição digital”.

O mercado de plataformas é um campo de extrema lucratividade para os conglomerados empresariais. Além de abrir espaço para suas agendas na educação pública, a venda de licenças de plataformas gera lucro instantâneo para os cofres desses conglomerados. No Quadro 2, podemos observar os gastos públicos com plataformas e licenças digitais. Os dados foram extraídos de contratos consultados no portal da transparência do estado do Paraná. O que se observa é um montante de mais de 607 milhões de reais, em apenas nove contratos. O trabalho da pesquisadora Carolina Israel<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Imagem disponível em: <https://pt.khanacademy.org/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

<sup>12</sup> O Laboratório de Pesquisas em Espaço, Tecnologia e Sociedade – Tecnosfera – reúne dados e produção acadêmica sobre a plataformização do ensino no estado do Paraná. Os dados levantados para este artigo poderão ser atualizados com novos contratos apurados pelo Laboratório. Disponível em:



sobre os gastos públicos do governo do estado do Paraná com a plataformização do ensino pode ser acompanhado, e os dados atualizados com futuros contratos.

**Quadro 2 – Valores destinados para licenças e plataformas**

Plataforma	Nº de contrato	Razão Social	Vigência do contrato	Valor do contrato (R\$)
Matemática Paraná: Matific	4816/2024	Matific Brasil Apoio Educacional Ltda.	25/7/2024 a 25/7/2026	R\$ 9.000.000,00
Matemática Paraná: Matific	376/2023	Matific Brasil Apoio Educacional Ltda.	24/1/2023 a 25/1/2027	R\$ 20.736.000,00
Leia Paraná	5671/2022	Primasoft Informática Ltda.	21/11/2022 a 21/11/2025	R\$ 16.974.222,96
Matemática Paraná: Matific	2733/2021	Matific Brasil Apoio Educacional Ltda.	13/7/2021 a 12/7/2026	R\$ 18.720.000,00
Inglês Paraná	2196/2021 (067/2021 interno)	EF Educação Especializada e Viagens ao Exterior Ltda.	28/6/2021 a 27/6/2026	R\$ 39.543.168,00
Programação Paraná – Edutech	598/2024	AOVS Sistemas de Informática S.A.	4/2/2024 a 3/2/2026	R\$ 25.499.260,94
Fluência Paraná	5614/2024	Consórcio Educação do Futuro Hoje	19/8/2024 a 18/8/2029	R\$ 438.748.000,00
Inglês Paraná	380/2023	Futura Soluções Educacionais Ltda.	24/1/2023 a 23/1/2026	R\$ 38.244.508,54
Edutech	598/2024	AOVS Sistemas de Informática S.A.	04/2/2024 a 3/2/2026	R\$ 25.499.260,94

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, maio/junho 2025.

**Nota:** Baseado no Portal da Transparência do Paraná.

Os Quadros 1 e 2 expõem as relações mercantis entre empresas, APHEs e poder público no processo de plataformização da educação pública. Nesse processo, os(as) trabalhadores(as) da educação estão submetidos(as) às violações de direitos já apontadas nas análises sobre a uberização ou o capitalismo de plataformas, a que está submetida a grande massa de trabalhadores(as).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas apontam a plataformização como parte estratégica do empresariamento da educação pública no contexto da expansão das ações empresariais no período pós-pandemia, que oportunizou o uso em escala de plataformas educacionais. As plataformas e aplicativos educacionais foram adquiridos pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR), com utilização de recursos públicos, sob o argumento de melhoria da qualidade educacional.

<https://laboratorios.ufpr.br/tecnosferalab/plataformizacao-do-ensino-no-parana/>. Acesso em: 12 jun. 2025.



A principal finalidade que apontam as pesquisas e os estudos sobre o assunto é a destituição da autonomia docente e gestora do controle pedagógico, a partir do uso dessas plataformas educacionais. As plataformas foram fundamentais para a implementação da BNCC, para a consolidação de uma gestão gerencialista e para a coerção na aplicação das contrarreformas educacionais. Além disso, constata-se uma atuação empresarial cada vez mais presente na educação pública, com interesses mercantis camuflados por discursos de *educação de qualidade*.

O adoecimento massivo de professores e professoras não é por acaso: é uma consequência cruel de um mercado de plataformas que precariza, terceiriza e privatiza a venda da força de trabalho dos(as) trabalhadores(as) da educação. A plataformização da educação no Paraná é anunciada pelo governo do Estado como sinal de modernidade e eficiência; no entanto, esconde uma engrenagem de exploração que empurra os docentes ao extremo da exaustão física e mental.

Transformados em operadores de sistemas digitais, submetidos à impossibilidade de cumprimento de metas e a mecânicas avaliativas, os(as) professores(as) são constantemente desumanizados(as), desvalorizados(as) e descartados(as) por uma lógica que sacrifica vidas sob o controle da dataficação. Trata-se de um ambiente escolar de vigilância, controle e pressão que, como apontado na pesquisa realizada pelo Instituto Pesquisas de Opinião – IPO (2023), resulta em sobrecarga institucional e sofrimento sistêmico.

A controvérsia da propaganda de inovação tem como objetivo encobrir o desmantelamento da escola pública e, portanto, a precarização do trabalho docente. Não há educação de qualidade enquanto os(as) trabalhadores(as) da educação forem coisificados(as) por um sistema que serve como instrumento de controle e de lucratividade capitalista.

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 26-56, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>

APP-SINDICATO. Mais de 70 % dos (as) professores(as) da rede estadual relatam adoecimento pelo uso de plataformas digitais, revela pesquisa. **APP-Sindicato**, Curitiba, 3 ago. 2023. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/mais-de-70-dos-as-professoras-da-rede-estadual-relatam-adoecimento-pelo-uso-de-plataformas-digitais-revela-pesquisa/>. Acesso em: 10 jun. 2025.



DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a cidade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIAS, Adriana Medeiros. Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e sócios. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 735-765, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44302>

FERNANDES, Mayala. 'Não estamos dando aulas, apenas preenchendo plataformas', afirmam professores da rede pública do Paraná. **Brasil de Fato**, Curitiba, 20 ago. 2024. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2024/08/20/nao-estamos-dando-aulas- apenas-preenchendo-plataformas-afirmam-professores-da-rede-publica-do-parana/](https://www.brasildefato.com.br/2024/08/20/nao-estamos-dando-aulas-apenas-preenchendo-plataformas-afirmam-professores-da-rede-publica-do-parana/). Acesso em: 23 maio 2025.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**, [s. l.], v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017. DOI: <https://doi.org/10.62782/2318-9657.2017.220>

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/ UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classes? **Revista Outubro**, [s. l.], n. 31, p. 217-232, 2º sem. 2018. Disponível em: [https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/01/09\\_Virginia-Fontes.pdf](https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/01/09_Virginia-Fontes.pdf). Acesso em: 24 maio 2025.

FUNDAÇÃO LEMANN. Apoio ao ensino remoto em tempos de Covid-19. **Fundação Lemann**, [s. l.], 22 maio 2020. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/apoio-ao-ensino-remoto-em-tempos-de-covid-19/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GROHMANN, Rafael. Plataformização: entre a dataficação, financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, São Cristóvão, v. 22, n. 1, p. 106-122, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epitic/article/view/12188/10214>. Acesso em: 8 jun. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020**: resumo técnico. Brasília: Inep, 2021.

INSTITUTO PESQUISAS DE OPINIÃO. **Pesquisa “Plataformização da Educação”**: percepção dos professores(as) sobre a plataformização da educação no Estado do Paraná – Parte I. Porto Alegre: IPO, jul. 2023. Disponível em: [https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Pesquisa\\_Plataformas\\_Parte\\_I.pdf](https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Pesquisa_Plataformas_Parte_I.pdf). Acesso em: 10 jun. 2025.

ISRAEL, Carolina Batista. Plataformização do ensino no Paraná: a privatização via neoliberalismo digital. *In*: DENEZ, Cleiton Costa; CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro;



RIBEIRO, Jussara Aparecida; NEVES, Marcia Aparecida de Oliveira (org.). **Política educacional paranaense**: a transformação da educação pública em mercadoria. Paranavaí: Unespar, 2024. p. 15-19. (Caderno de Textos e Debates do Programa de Formação). Disponível em: [https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Caderno\\_textos\\_debates\\_Programa\\_Formacao.pdf](https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Caderno_textos_debates_Programa_Formacao.pdf). Acesso em: 23 maio 2025.

LAMOSA, Rodrigo (org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia**: uma tragédia anunciada. Parnaíba: Editora Terra sem Amos, 2020.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estão e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998. p. 13-32

MENDONÇA, Sônia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 27-43, 2014.

PARA JORGE PAULO LEMANN, crise traz oportunidade de bons negócios. **CNN Brasil**, [s. l.], 21 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/para-jorge-paulo-lemann-crise-traz-oportunidade-de-bons-negocios/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

PARANÁ. **Resolução nº 1.522/2020 – GS/SEED**. Súmula: Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais em decorrência da pandemia causada pela COVID-19. Curitiba: SEED, [2020]. Disponível em: [https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-05/resolucao\\_gsseed\\_1522\\_2020.pdf](https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/resolucao_gsseed_1522_2020.pdf). Acesso em: 21 jun. 2024.

PARANÁ. **Lei nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022**. Dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências. Curitiba: Assembleia Legislativa do Estado, [2022]. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-21323-2022-parana-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-educa-juntos-no-ambito-do-estado-do-parana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 jun. 2024.

PARANÁ. Plataformas Educacionais - Redação Paraná. **Escola Digital Professor**, [s. l.], 2025. Acesso em: 10 jun. 2025. Disponível em: [https://professor.escoladigital.pr.gov.br/FAQ/plataformas\\_educacionais/redacao\\_parana](https://professor.escoladigital.pr.gov.br/FAQ/plataformas_educacionais/redacao_parana).

PASINI, Juliana Fatima Serraglio; SILVA, Ivanir Gomes da. Plataformização da Educação no Estado do Paraná: caminhos para a padronização do trabalho pedagógico. **Pleiade**, Maringá, v. 18, n. 43, p. 18-29, abr./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.32915/pleiade.v18i43.1019>

PEREIRA, Jennifer Nascimento. **Nova Escola e padrão BNCC de docência**: a formação do professor gerenciado. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

PEREIRA, Jennifer Nascimento; CHAVES, Priscila Monteiro; EVANGELISTA, Olinda; SOUZA, Artur Gomes de. “Pelo futuro agora”: de frente para a tragédia na escola pública. **Contrapoder**, [s. l.], 30 abr. 2020. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/pelo-futuro-agora-de-frente-para-a-tragedia-na-escola-publica/>. Acesso em: 11 jun. 2025.



POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Platformisation. **Internet policy review**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 1-13, 2019.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 67, ano XXXI, p. 36-49, jan. 2021. Disponível em: [https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada\\_1609774477.pdf](https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf). Acesso em: 11 jun. 2025.

SOUZA, Artur Gomes de; EVANGELISTA, Olinda. Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador. **Contrapoder**, [s. l.], 15 abr. 2020. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-o-capital-educador/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

TUÃO, Renata Spadetti. Estratégias do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a educação em tempos de pandemia. In: LAMOSA, Rodrigo (org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada**. Parnaíba: Editora Terra sem Amos, 2020. p. 23-34.

ZUBOFF, Shoshana. *Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação*. In: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (org.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.

**Artigo recebido em:** 28 de junho de 2025

**Aceito para publicação em:** 28 de julho de 2025

**Manuscript received on:** June 28th, 2025

**Accepted for publication on:** July 28th, 2025

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil

